

DISCURSO DO PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL
NO ENCERRAMENTO DO DEBATE PARLAMENTAR DAS
PROPOSTAS DE PLANO E ORÇAMENTO PARA 2005 E
ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2005-2008

7 DE ABRIL DE 2005

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Senhoras e Senhores Deputados

Cabe-me, como Presidente do Governo, proceder ao encerramento, nesta ocasião, dos debates parlamentares, que nos ocuparam estes últimos três dias, sobre as propostas, por nós apresentadas, do plano de investimentos e do orçamento para 2005 e das orientações de médio prazo que enformarão a actividade governativa e influenciarão a evolução da nossa vida económica e social nos próximos quatro anos.

Bem sei que na tradição parlamentar de apreciação e votação destes documentos, particularmente na sequência imediata de um acto eleitoral que deixa sempre sequelas entre o partido vencedor e os vencidos, não é fácil para a oposição disponibilizar-se para o diálogo com o governo e, sendo assim, ainda mais difícil é, para o governo, satisfazer as pretensões da oposição. Neste caso, a tarefa do governo era mesmo impossível já que o principal partido da

oposição, ainda antes de iniciada a discussão no parlamento, anunciou que, apesar de ter a intenção de apresentar propostas de alteração aos documentos em análise, iria votar contra todos eles – mesmo que as suas propostas de alteração fossem aprovadas e quaisquer que fossem os esclarecimentos e correcções que o governo promovesse.

Nem o apelo feito há dias pelo Doutor Reis Leite, Presidente da Mesa do Congresso do PSD e antigo Presidente deste Parlamento, que aconselhava todos os quadrantes políticos a apoiar as nossas propostas de planeamento com mais entusiasmo, demoveu a oposição.

Sem um rumo certo, o principal partido da oposição acusa-nos de não fazer reflectir na estrutura dos planos de investimentos compromissos que assumimos perante o eleitorado, mas, simultaneamente, fundamenta o aviso prévio do seu voto contra na incompatibilidade política dos projectos eleitorais de ambos os partidos. Ou seja, de forma curiosa, o maior partido da oposição mostrou ainda não ter decidido se quer ser o melhor zelador dos compromissos eleitorais do partido do governo ou se quer ser o maior opositor do programa governamental.

A verdade é que, enquanto a oposição não se decide, quem não deve nem pode esperar é o governo e o partido que o apoia, os quais assumem, perante os Açorianos, os compromissos concretos,

plasmados nos documentos que serão aprovados dentro em pouco, que asseguram a continuidade inovadora e o espírito reformista com que temos vindo a trabalhar nestes últimos oito anos.

Tais foram as transformações positivas ocorridas nesse período que já não vale a pena compararmos os nossos Açores com aquilo que se passava em 1996, quando recebemos uma Região falida, estagnada e sem perspectivas. Hoje, mau grado muitas insuficiências e algumas fragilidades, multiplicam-se sinais vitais, na nossa sociedade, de confiança, de entusiasmo ou de esperança, reconhecendo-se um percurso de recuperação e desenvolvimento, ou, perante as dificuldades, de certeza em as amenizar ou superar.

Os Açorianos, os agentes económicos e sociais, identificam, com facilidade, o modelo de desenvolvimento traçado; sabem, os empresários, que podem e têm que investir e gerir com qualidade os seus negócios; sabem que cabe ao governo, sem hesitar, a função de os apoiar, de promover o embaratecimento dos custos e a facilitação dos circuitos da economia; sabem que as nossas finanças públicas são cuidadas dia a dia, para não nos faltarem quando delas continuarem a precisar e não acontecer a desgraça que vai pelo País; sabem que, perante as mais recentes dificuldades dos sectores tradicionais da nossa economia, respondemos, prontamente, com o reforço orçamental dos apoios governamentais à sua modernização, capitalização, competitividade e diversificação. Sabem, os Açorianos, que nos comprometemos a

abrir um novo eixo de desenvolvimento e emprego com o turismo, e que ele aí está a crescer ano após ano; sabem que, todo esse movimento de definição reestruturadora é assente num enorme esforço requalificador dos recursos humanos e das práticas ambientais, num quadro fortemente assegurador dos meios de protecção e de inclusão sociais; sabem que o governo sabe que a melhor forma de transmitirmos sustentação à nossa Autonomia Açoriana, que está a ser ampliada nas suas competências e atribuições próprias, é através dos êxitos acumulados pelo nosso sistema de autogoverno, pela melhoria da nossa capacidade de fazer bem e de forma sustentada e duradoura.

Contamos, nos próximos quatro anos – se se mantiverem os indicadores actuais de referência de financiamento do investimento público e de apoio ao investimento privado – assegurar a manutenção do crescimento dinâmico da nossa economia e da produtividade, prosseguindo a convergência nacional e europeia que iniciámos em 1998 e 1999, aumentando a população empregada, que já cresceu cerca de 20% nos últimos oito anos, melhorando o rendimento das famílias e cumprindo o que anunciámos aos Açorianos nas últimas eleições regionais. Os compromissos assumidos são para cumprir. Sei – todos o sabemos – que surgem, com frequência, contratemplos que prejudicam a concretização de projectos, ou circunstâncias que alteram prioridades, desaconselham os caminhos inicialmente traçados ou suscitam a necessidade de avançar com medidas ou investimentos

não previstos. A função de um Governo, atento e inovador, é, exactamente, a de nunca recusar essa capacidade de reelaboração. Nesses casos, devidamente fundamentados, assumiremos, tal como o fizemos no passado, a responsabilidade de os explicar.

Contamos, de igual modo, com efeitos positivos nos Açores através da recuperação da grave situação em que se encontra a economia continental portuguesa, mas, entretanto, não aceitaremos que da boa gestão das finanças públicas regionais e dos sucessos que temos conseguido na evolução dos principais indicadores económicos e sociais, venhamos a ser penalizados, como já estava a acontecer, por medidas onerosas que se mostram necessárias, exclusivamente, pelos resultados da má gestão que caracterizou, nos últimos anos, a administração central.

Apesar do peso decrescente das contribuições directas do Estado para a despesa pública regional ser também resultante do crescendo de receitas próprias da Região, a verdade é que os últimos governos de Portugal têm-se afastado cada vez mais das suas responsabilidades face às regiões insulares. Acumulam-se, todos os meses, problemas dos Açores que estão penderes do apoio do Governo da República, ou mesmo que a este compete por inteiro resolver; acumulam-se os incumprimentos e as dívidas à Região, sejam de receitas fiscais e de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais, sejam de verbas da convergência do

tarifário eléctrico, da ADSE, do Totoloto, do Euromilhões, da segurança social, da rede de leitura pública, do apoio judiciário ou de protocolos, entre outros, da luta contra a droga e a toxicodependência. Protocolos com o Instituto Nacional de Habitação para construção de habitações sociais foram inviabilizados, a participação apoiada de atletas e de formações desportivas em competições nacionais vai sendo abandonada, o acesso a fundos comunitários alocados ao Continente e não aproveitados é-nos negado com prejuízo para o País, investimentos aeroportuários e na navegação aérea são sistematicamente adiados, continuamos sem acesso à base de dados dos nossos contribuintes e em questões como o Acordo das Lajes e a complementaridade gratuita do Serviço Nacional de Saúde pouco progredimos. É momento, pois, de reequacionarmos esses e outros aspectos, procurando um novo encontro de soluções, agora que o País também escolheu um novo rumo.

Quero ser muito claro com todas as senhoras e senhores deputados e com os Açorianos em geral neste assunto: em Novembro passado, afirmei que o Governo Regional não faria nunca oposição partidária ao então Governo da República, tal como não admitiria que este lha fizesse com a presunção de transformar os Açores num terminal das suas ambições políticas hegemónicas. Pois bem, mudado o interlocutor importa dizer que não mudamos aqui de política: importa dizer que não subordinamos a concretização dos interesses dos Açores à natural solidariedade

resultante da actual similitude partidária dos governos regional e da República, nem admitiremos que os Açores se transformem num ancoradouro tranquilo para o esquecimento ou as desconsiderações da administração central. Lembro, mais uma vez, que, ao contrário da oposição ao governo neste parlamento, não me candidatei em coligação com o Governo da República – candidatei-me, sim, em “Coligação com os Açorianos”.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhoras e Senhores Deputados

O Governo Regional apresentou, mais uma vez, a esta Assembleia um Orçamento equilibrado, cumprindo o estipulado quanto ao endividamento zero e desenvolvendo o maior esforço de informação e transparência, quer no que se refere à estrutura das receitas, quer no que toca à origem e descrição dos investimentos. Tal como no passado, voltamos a evidenciar duas tendências positivas: a da contenção dos gastos correntes de funcionamento da Administração Pública Regional e a da afectação de um volume crescente de recursos financeiros para as despesas económicas e sociais de investimento.

Com o propósito de agilizar procedimentos e descentralizar funções específicas de gestão e de investimento – e, à semelhança do que acontece no País, na Europa e a outros níveis da administração como as autarquias locais açorianas – temos canalizado, e vamos

continuar a fazê-lo, muitas iniciativas, investimentos e funções através de sociedades anónimas de capitais públicos, ou maioritariamente públicos. O Plano e o Orçamento da Região para 2005, bem como as participações europeias associadas, ilustram que, também nestes casos, onde a boa gestão será sempre essencial, a saúde financeira e a satisfação de compromissos serão garantidas. Propicia-se, assim, um crescimento de dinamismo em clima de estabilidade, reforçando a confiança entre os agentes económicos, auditados e comprovados que estão os índices de segurança e credibilidade das nossas finanças públicas pelas mais prestigiadas organizações internacionais da especialidade.

Com o propósito de animar as economias mais frágeis das nossas ilhas, com mercados mais reduzidos, o Governo está a tomar medidas e iniciativas legislativas que proporcionarão uma majoração selectiva dos incentivos financeiros e fiscais às empresas e, também, programando parcerias com privados para a realização de investimentos de alto valor estruturante e reprodutivo para essas economias locais. Ao nível de determinados tarifários públicos, com conexão directa com as actividades económicas nessas ilhas, poderão, igualmente, ser introduzidas diferenciações positivas. Monitorizaremos, de forma cuidada, o impacto microeconómico desses esforços, introduzindo, ao longo do tempo, as modificações que se mostrarem adequadas.

Senhoras e Senhores Deputados

Repetidos que foram, ao longo destes três dias de debate, os vectores estratégicos e os objectivos estruturantes que tipificam o planeamento para este quadriénio, não vos escondo, neste momento, quanto gostaria e quanto me esforçarei para que, em alguns aspectos sub-sectoriais, ganhemos outra dimensão concretizadora e outros avanços:

- Vejo aumentar o emprego na nossa Região, mas quero que se criem progressivamente mais condições para reforçar a empregabilidade dos nossos jovens licenciados;
- Vejo cada vez mais jovens e mais activos com formação profissional específica, mas tem que haver mais produtividade e melhores remunerações no trabalho especializado;
- Vejo surgirem mais e melhores iniciativas empresariais e mais apoios do governo, mas é preciso acelerar ainda mais a fluidez da análise e processamento dos incentivos e avaliar permanentemente a sua aplicação e os seus efeitos;
- Vejo o impacto ascensional das nossas políticas de promoção do turismo, mas quero que elas tenham todos os efeitos possíveis,

compatibilizáveis com os interesses dos operadores privados, nas ilhas mais pequenas;

- Vejo o enorme avanço que conseguimos no transporte aéreo e marítimo entre as ilhas, mas particularmente neste último, quero mais eficiência e mais qualidade nos serviços prestados;

- Vejo, com muito agrado, as melhorias na produção, distribuição e tarifário eléctrico, mas quero que a aposta nas energias renováveis seja determinante no investimento no sector;

- Vejo que conseguimos operar uma importante requalificação e rejuvenescimento no efectivo dos funcionários e agentes da administração pública, mas são necessários objectivos de gestão, simplificações procedimentais e controlo de eficiências em muitas áreas;

- Vejo que emerge nos Açores uma cultura de protecção ambiental, mas é imprescindível uma maior participação e responsabilização, não apenas do governo, mas dos cidadãos, das empresas, das organizações não governamentais, das associações profissionais e das instituições de investigação; vejo como desafios irrecusáveis desta legislatura a implementação dos Planos Especiais de Ordenamento das Bacias Hidrográficas e os da Gestão de Resíduos;

- Vejo como melhorámos a vida, a actividade e as infraestruturas que servem os nossos pescadores, mas quero que aproveitemos as oportunidades de financiamento que conseguimos para a modernização da frota e todo o potencial de assessoria e orientação do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, bem como avançar, o mais depressa possível, na certificação do pescado;

- Vejo que é preciso dar passos mais seguros na certificação da carne dos Açores, na reestruturação da vinha, no incentivo a culturas tradicionais que podem reganhar peso e rendimento, na diversificação produtiva, no redimensionamento das explorações agro-pecuárias, na sanidade animal e vegetal e na valorização de sinergias entre a produção, a transformação e a comercialização nas fileiras do leite e da carne;

- Vejo que a nossa Região tem sido exemplar no aproveitamento dos fundos e programas comunitários que lhe têm sido disponibilizados, mas quero que se faça um grande esforço de controlo de execução no período entre o III Quadro Comunitário de Apoio e o seguinte, em 2006 e até 2008, para que não se percam fundos, e que o Governo da República nos apoie activamente, no plano negocial, para uma definição vantajosa do novo período de programação entre 2007 e 2013;

- Vejo o progresso extraordinário que se operou nas nossas estradas, mas quero que esta legislatura seja marcada pela conclusão da regularização de toda a rede viária principal e com o avanço do projecto das SCUTS conforme está programado;

- Vejo que nenhum outro governo proporcionou mais habitação apoiada do que aqueles a que tenho presidido, mas é imprescindível continuarmos com essa marca positiva da nossa governação;

- Vejo como saltámos da incipiência e desarticulação do sistema regional de protecção civil para altos níveis de investimentos e eficiências, mas quero que avancemos para os Planos Especiais de Emergência e para uma verdadeira Emergência Médica;

- Vejo a necessidade de prosseguirmos as políticas inclusivas da sociedade de informação;

- Vejo que fizemos reformas profundas no sistema educativo e uma excepcional reestruturação do parque escolar, mas tem que haver um maior acompanhamento e avaliação da qualidade da prestação do ensino e um maior esforço para o sucesso escolar com a execução de projectos individuais nas escolas e nas famílias;

- Sei que até a oposição reconhece o valor do nosso trabalho nas áreas da protecção social, mas quero mais centros de actividades

ocupacionais para pessoas com deficiência e um plano de eliminação de barreiras arquitectónicas nos acessos a serviços de atendimento da administração pública; quero mais fiscalização em todas as instituições de acolhimento; mais apoios aos imigrantes;

- Vejo que a acessibilidade aos cuidados de saúde tem aumentado, mas quero mais médicos espalhados pelas nossas ilhas nestes próximos quatro anos e mais serviços de telemedicina; quero mais acesso médico na recuperação dos toxicodependentes e que sejam melhor apoiados na sua reinserção social e profissional;

- Vejo que, correspondendo ao acréscimo de verbas para a Cultura nesta legislatura, temos que avançar mais na acessibilidade à fruição de bens e manifestações culturais e dar mais apoio à criação artística.

Em geral, precisamos de preconizar a qualidade, a auto-avaliação, os mecanismos inspectivos e fiscalizadores, a ética, a moralização, o respeito pela lei e a cidadania.

Os nossos desafios mais decisivos estão claramente identificados. Importa continuar a trabalhar, com a máxima competência, com todo o entusiasmo.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Senhoras e Senhores Deputados

Há oito anos que o PSD é, nesta Assembleia, fiel a si próprio: deixou, em 1996, a Região no caos, e, todos os anos, como ouvimos há pouco, anuncia, felizmente sem sucesso, o caos da Região.

Ano após ano, desde 1996, com o apoio renovado do Povo Açoriano, conseguimos empreender a recuperação e a confiança nos Açores.

Construímos, dos alicerces, um clima justificado de optimismo e, a todo o momento, prosseguimos nesse caminho, ouvindo respeitosamente mas nunca desanimando perante as profecias apocalípticas da oposição.

Cá estamos, cá estaremos nestes próximos quatro anos, a lutar, com todas as nossas forças e com indestrutível paixão pelos Açores, pelo progresso da nossa terra e pelo bem-estar dos nossos concidadãos.

Viva os Açores!

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 7 de Abril de 2005

Carlos César

Presidente do Governo Regional